

Revisão do orçamento é adiada mais uma vez

BRASÍLIA — A obstrução que PT e PDT fazem desde terça-feira no Congresso adiou mais uma vez a votação do pedido de revisão do orçamento de 1990. Na sessão de ontem, foi aprovada apenas uma parcela de Cr\$ 1.598.225.000,00 do total de Cr\$ 592.011.842.900,00, solicitados pelo Executivo para suplementar as verbas dos órgãos da União.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, disse por telefone a um deputado e um senador que o governo aguardará a decisão do Congresso até a próxima semana. Se não houver votação até lá, a suplementação orçamentária será feita por medida provisória.

Segundo os parlamentares, Zélia deixou claro que o atraso na definição do orçamento ainda não causou maiores problemas para a execução dos programas do governo. Ao contrário, há até um aspecto positivo, pois a ministra considera que a falta temporária de recursos favorece o combate à inflação.

O primeiro projeto do pacote do orçamento era o que concedia verba adicional no valor de Cr\$ 1.598.225.000,00 para projetos do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), do Ministério da Justiça. O líder do PT, deputado Gumerindo Milhomen, e o líder em exercício do PDT, deputado Miro Teixeira, argumentaram com os demais líderes que, antes da suplementação do orçamento, o Congresso deveria votar outros assuntos prioritários que também estão pendentes. Citaram como exemplo a política salarial, que já foi objeto de quatro medidas provisórias baixadas pelo presidente Fernando Collor. Com a recusa da

proposta, Milhomen e Miro decidiram pedir verificação de quórum.

“**Rasteira**” — O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, convenceu Gumerindo e Miro a aceitarem que se decidisse sobre a verba adicional para o INPI através do voto simbólico — os líderes votam por suas bancadas. Nelson prometeu que, em seguida, haveria a votação nominal. Mas a aprovação por voto simbólico foi unânime, o que impediu a votação nominal. “O presidente quer nos passar uma rasteira”, acusou Milhomen, em meio aos protestos de petistas e pedetistas.

O deputado Luis Henrique (PMDB-SC) fez um apelo ao plenário, mostrando que também o Congresso foi afetado pela falta de verbas. “Vão parar os restaurantes da Câmara, a gráfica e os humildes funcionários da limpeza não receberão seus salários”, dramatizou.

Quando Nelson tentou pôr o segundo pedido de suplementação de verba em votação, os líderes do PT e PDT fizeram o pedido de verificação de quórum. Havia apenas 153 congressistas no plenário, número insuficiente para deliberação, e a sessão foi suspensa. O Congresso voltará a reunir-se terça-feira, para nova tentativa de votação.

“Não há por que fazer greve contra o orçamento”, reclamou o vice-líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG). Na véspera, ele havia feito uma avaliação com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e tinham concluído que a revisão orçamentária seria aprovada ontem.